

N. F. Nº - 232418.0042/17-0
NOTIFICADO - ORIGINAL CAFÉ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
NOTIFICANTE - ELIALDO ANDRÉ ROCHA
ORIGEM - IFMT SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 02.10.2020

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0282-06/20NF-VD

EMENTA: ICMS. TRANSPORTE DE MERCADORIA COM DOCUMENTAÇÃO INIDÔNEA. Infração subsistente. Notificação Fiscal. Instância única. **PROCEDENTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal lavrada em 07/06/2017, em que é exigido o ICMS no valor de R\$ 16.200,00, e multa de 100%, no valor de R\$ 16.200,00, perfazendo um total de R\$ 32.400,00, por circulação de mercadorias acompanhada de documentação Fiscal inidônea (reutilização de NF).

Infração 01 – 53.01.16 - Reutilização de documento fiscal mais de uma vez para acobertar operação ou prestação.

Enquadramento Legal: Art. 6º, inciso III, alínea “d”, art. 13, inciso I, alínea “b”, item 1, art. 17, § 3º e art. 44, inciso II, alíneas “d” e “f” da Lei 7.014/96, c/c o art. 318, § 3º do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/2012.

Tipificação da Multa: Artigo 42, Inciso IV, Alínea “d”, Lei 7.014/96.

O Notificado ingressa através do escritório Pádua Advogados, representada pela Dra. Bárbara Fachetti OAB/BA nº 17.782, com justificação e anexos às fls. 15 a 40, onde inicia a sua justificação fazendo uma síntese da ação fiscal e afirmando que demonstrará e comprovará que esta não prosperará.

Diz que, analisando o Termo de Ocorrência anexada à notificação podemos perceber que o Agente de Tributos concluiu, precipitadamente e sem qualquer lastro de prova ou fundamento, que a NFe de nº. 000.000.576 estaria sendo reutilizada pela empresa ORIGINAL CAFÉ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, infringindo a legislação de regência, pela descrição a conclusão se deu pelo fato de que dados constantes na nota fiscal não correspondiam com o que efetivamente se observou no momento em que a mercadoria foi descarregada.

O que de fato aconteceu, e se prova pelos documentos anexos, foi que o produtor contratou o frete para o transporte da mercadoria e o caminhão que seria utilizado para a operação apresentou um defeito mecânico obrigando à substituição por outro, com menor capacidade, não houve em nenhum momento reutilização de qualquer documento fiscal, e que naquele período a empresa notificada adquiriu somente as 250 sacas de café do produtor JADIEL MEIRA DAS VIRGENS.

Diz que tudo foi devidamente explicado para o agente que optou por ignorar as informações, sem ter sequer o cuidado de confirmá-las ou de, ao menos, reunir provas para comprovar a sua suposição. Não há nenhum elemento comprobatório que fundamente a suposição de reutilização do documento fiscal, pelo contrário, a declaração emitida pelo produtor, aliado à nota fiscal de conserto do caminhão originalmente contratado para o transporte da mercadoria, dão conta do que realmente aconteceu.

Reforça, que de toda sorte, urge destacar que nenhuma das partes envolvidas, seja a empresa, seja o produtor, foi beneficiada com o ocorrido. Em que pese a inconsistência das informações contidas na nota, que dizem respeito exclusivamente ao transporte, a operação de compra e

venda do café foi devidamente realizada e escriturada, não restando qualquer vício que justifique a aplicação de tão severa punição.

Não houve dolo da empresa notificada, não houve intenção de proceder de forma equivocada e, principalmente, não houve qualquer benefício. A ausência de benefício, por si só, sepulta qualquer interpretação no sentido de concluir que o vício praticado se deu como forma de burlar alguma regra e lograr êxito em prejudicar o fisco, neste cenário só resta a alternativa de solicitar o arquivamento da presente Notificação.

A Notificada anexou na justificação, a Ordem de Serviço do conserto do caminhão (fl.30) e a declaração do produtor do café Jadiel Meira das Virgens (fl.31).

VOTO

A presente Notificação Fiscal, foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS do café cru em grãos, de contribuinte acusado de reutilização de NF-e, como está descrito no corpo da Notificação Fiscal que aqui copio:

“No exercício de minhas funções fiscalizadoras, em data e hora informados, na UMF Regional I, constatou-se a seguinte irregularidade: transporte de mercadoria (café) no veículo de placa OZE-5173, conduzido pelo Sr. Fernando Cascalho da Silva, CPF nº 036.132.895-80 e CNH nº 04248798490, acompanhada por documentação fiscal inidônea (reutilização de NFe), conforme consta no TAO nº 02/06/17, apensado a esta notificação. Lavrou-se a presente Notificação Fiscal, anexando-se cópia dos documentos citados”

Conforme Termo de Ocorrência (fl. 05), lavrado pelo Agente Notificante, que em cumprimento aos objetivos da Operação Ouro Verde, compareceu ao estabelecimento da empresa Original Café Importação e Exportação Ltda, situada na fazenda Rio de Ouro/Itamaraju-Ba, para verificar seu estoque de café. Que durante sua visita estacionou no pátio do armazém da empresa o veículo de placa OZE-5173, transportando café que seria descarregado no estabelecimento e que após averiguação da documentação fiscal, dos documentos do motorista e do caminhão e o descarregamento da mercadoria, verificou-se uma divergência que caracteriza como reutilização do documento fiscal. A Nota Fiscal 000.576 apresentada para acobertar a circulação da mercadoria, foi emitida pela empresa Original Café em 01/06/2017 para a compra de 250 sacos de café Conilon em grãos do produtor Jadiel Meira das Virgens e transportado pelo veículo HZE-8563 no mesmo dia da sua emissão, e a mercadoria transportada pelo veículo de placa OZE-5173 era de 200 sacos de café que estavam sendo descarregados no dia 06/06/2017, ou seja, cinco dias após a emissão da NFe, devendo considerar também a distância entre Eunápolis (local de origem da mercadoria), e Itamaraju (destino final), ser de 99 quilômetros.

A Notificada se insurge contra a Notificação, dizendo que a empresa não fez a reutilização da nota fiscal para transportar a mercadoria que motivou a ação fiscal, e o que ocorreu foi que o caminhão originalmente contratado para fazer o transporte do café em grãos do produtor, para o seu estabelecimento, quebrou, conforme ordem de serviço do conserto do veículo apresentado, e que o outro veículo contratado para fazer o serviço não tinha a capacidade de carga de toda mercadoria comprada, sendo que a carga restante de 50 sacos de café em grãos continua na fazenda do produtor conforme declaração apresentada. Diz que em que pese o vício consubstanciado nas informações relativas ao transporte da mercadoria, não houve dolo por parte da empresa notificada, não houve intenção de proceder de forma equivocada e principalmente que não houve qualquer benefício.

Em que pese existir a possibilidade dos fatos relatados pela Notificada terem realmente acontecido, a análise da NF-e 000576 e os fatos relatados pelo Agente Notificante no TAO, reforçam o entendimento de que a referida Nota Fiscal não poderia ser utilizada para o transporte da mercadoria que motivou a ação fiscal, senão vejamos:

- a) A NF-e foi emitida no dia 01/06/2017, com a mesma data de saída de 01/06/2017,
- b) A quantidade da mercadoria constante na NF-e é de 250 sacos de café em grãos.
- c) O veículo que transportaria a carga de 250 sacos de café tinha a placa HZE-8563,
- d) A quantidade de mercadoria descarregada no dia da ação fiscal foi de 200 sacos de café em grãos,
- e) O veículo que transportava a mercadoria tinha a placa OZE-5173,
- f) A carga foi entregue na empresa no dia 06/06/2017, portanto, 5 dias após a data de emissão e de saída da NF-e, e esta carga vinha de um local com menos de 100 quilômetros de distância.
- g) Não foi apresentada nenhuma carta de correção, alterando a data de saída e a mudança do transportador.

Entendo, portanto, que as divergências encontradas pelo Agente de Tributos foram suficientes para considerar a NF-e apresentada para acobertar o transporte das 200 sacas de café em grãos, inidônea, conforme estabelece a legislação no art.44, inciso II, alínea “d” da Lei 7.014/96, que aqui copio:

Art. 44. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

(...)

II - inidôneo o documento fiscal que:

(...)

d) contiver declaração inexata, estiver preenchido de forma ilegível ou contiver rasura ou emenda que lhe prejudiquem a clareza;

Desta forma, entendo que a ação fiscal realizada pelo Notificante está correta, seguiu o que estabelece a legislação fiscal, e resolvo julgar PROCEDENTE a Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal **232418.0042/17-0**, lavrada contra **ORIGINAL CAFÉ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o notificado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 16.200,00**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, IV, “d” da Lei nº 7.014/96, e os acréscimos legais

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 15 de setembro de 2020.

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS - JULGADOR